

# A DOCTRINA MONROE E SUAS INFLUÊNCIAS: IMPACTOS NAS AMÉRICAS

**Byron Kuhn**  
**Raquel Arévalo**

**RESUMO:** Este artigo pretende analisar as diferentes fases da presença imperial dos Estados Unidos na América Latina. Ao analisar as diversas estruturas ideológicas envolvidas durante o processo da implementação da Doutrina Monroe e suas mutações de acordo com o contexto histórico, observamos as atuações e consequências destas nos países latino-americanos desde suas formações. Levanta-se a ideia de que os Estados Unidos nunca detinham uma política definida para a América Latina, apenas ideias convenientes para os interesses estadunidenses e mutáveis de acordo com a agenda política do momento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estados Unidos, América Latina, imperialismo, Doutrina Monroe.

## 1. INTRODUÇÃO

As relações entre os Estados Unidos e a América Latina sempre foi marcada por certa tensão, que cresceria com o passar do tempo. Houve primeiro uma estranheza que os norte-americanos sentiram ao vislumbrar uma América ibérica, mestiça e católica, tão diferente de sua pátria anglo-saxônica e protestante. A primeira iniciativa de estabelecer um contato mais direto com a vasta América hispânica foi efetuada pela Doutrina Monroe, em 1823, onde o presidente estadunidense James Monroe reivindicou, para seu país, a “posse” do Hemisfério Ocidental, deslegitimando qualquer pretensão imperial europeia na região baseado em três princípios, como explica o autor Voltaire Schilling em sua obra *Estados Unidos e América Latina: da Doutrina Monroe à ALCA* (2002):

- 1 – *O continente americano não pode ser objeto de uma recolonização;*
- 2 – *É inadmissível a intervenção de qualquer país europeu nos negócios internos ou externos de países americanos;*
- 3 – *Os Estados Unidos, em troca, se absterão de intervir nos negócios pertinentes aos países europeus;*

Washington passa então a apoiar movimentos de independência que aconteciam com frequência na região, no intuito de atrair as novas repúblicas para a sua órbita. Schilling (2002) afirma que a Doutrina Monroe representa o rompimento do “cordão umbilical” que ainda unia o velho e o novo mundo. Ele ressalta que os Estados Unidos só conseguiria por em prática as exigências da Doutrina Monroe após a Guerra Civil Americana (1861-5).

Poucos anos depois, em 1825, uma esquadra franco-britânica bloqueara o Rio da Prata, enquanto os espanhóis tentaram reaver o controle do México, em 1829. Em 1833, foi a vez dos britânicos ocuparem as ilhas Malvinas (rebatizando-as como Falklands) e, em

1840 a Lei Britânica imperou sobre todo o território de Belize, na América Central (SCHILLING, 1984, p. 19).

É notável que os norte-americanos nunca viram os latino-americanos de maneira positiva. Desde o século XIX, os habitantes do "México para baixo" são tidos como irremediavelmente inferiores em todos os sentidos: subdesenvolvidos, tornando-os alvo de intervenções culturais, religiosas, políticas, sociais e econômicas. Estadistas e diplomatas estadunidenses fizeram descrições carregadas de racismo e estereótipos sobre os latino-americanos, deliberadamente desumanizando-os: John Quincy Adams, sexto presidente norte-americano, classificava os latino-americanos como: "vagabundos, sujos e grosseiros, comparáveis a um bando de porcos" (Schoutz, 2000). Adams fora secretário de Estado nos mandatos de Monroe entre 1817 e 1825, e desde já demonstrava resistência em reconhecer a independência de novos países sul-americanos. Concluía, como muito de seus contemporâneos, não haver interesses comuns entre os Estados Unidos e seus vizinhos.

Vale ressaltar que a Doutrina Monroe, inicialmente, fora elaborada como uma medida de segurança a fim de proteger os Estados Unidos contra a ameaça de uma invasão europeia em seu território, uma possibilidade real no começo do século XIX. O autor Marcelo Santos, em sua obra *O poder americano e a América Latina no pós-guerra fria* (2007), explica que os Estados Unidos, sendo na época um país periférico no sistema mundial, tinha por prioridade garantir sua defesa através de uma política isolacionista em relação à Europa. Com o tempo, os americanos expandiriam tal postura pelo resto do continente americano, estabelecendo assim a sua hegemonia na região. É quando a doutrina ganha o caráter *imperialesco* pela qual ainda é lembrada.

O presente ensaio visa contribuir para um melhor entendimento das relações de poder entre os Estados Unidos e seus vizinhos do Sul. As obras aqui analisadas, em sua maioria de autores latino-americanos, discursam a partir do contexto do seu país de origem. Seleccionamos, para a análise referente à Doutrina Monroe, autores como Immanuel Wallerstein, Voltaire Schilling e Luis Fernando Ayerbe. Ao pesquisar mais a fundo este assunto, descobrimos diferentes perspectivas e a importância de consultar uma diversidade de opiniões a fim de chegar o mais próximo de uma imparcialidade.

## **2. AMERICANOS E LATINO-AMERICANOS**

Segundo Schilling (2002), os Estados Unidos nunca tiveram de fato uma política para os países da América Central e do Sul, apenas doutrinas, ideários, corolários e enunciados. A ideologia do *Destino Manifesto*, versão americana do conceito europeu: "o fardo do homem branco", seria fundamental para estimular as ambições imperialistas que começavam a ganhar maior popularidade com a vitória na guerra contra o México durante os anos entre 1846 e 1848.

Acreditavam ser uma causa nobre ao anexar o norte do país latino, terra escassamente povoada e sob a administração de uma nação 'racialmente incapaz e preguiçosa'. Ironicamente, esse mesmo preconceito racial contra os latino-americanos salvaria a metade-sul do México de também ser conquistada: embora muitos norte-americanos defendessem tomar todo o México, vários congressistas argumentavam ser uma imprudência incorporar à União os oito milhões de mexicanos, população de raça degenerada e com nada em comum em relação ao povo americano (Schilling, 2002). Santos (2007) lembra que os americanos viam seu país de forma mística, uma nação eleita por Deus para regenerar o mundo e com o melhor sistema de governo que existia.

Tais concepções, quando combinadas, acabaram gerando algumas características permanentes da política externa norte-americana que estão relacionadas à forma como os EUA se apresentam ao mundo. Primeiro: os EUA se colocam como um modelo de sociedade a ser imitado, concentrando todos os seus esforços na realização daquilo que imaginam ser seu próprio destino. Dai decorrem as suas dificuldades no sentido de participar de grandes acordos que limitem suas ações no sistema internacional. Segundo: em geral, as posições dos EUA no sistema internacional são apresentadas como uma missão, um direito ou um dever no sentido de preservar e difundir seus excepcionais ideais democráticos e libertários, ainda que os seus interesses reais possam ser expansionistas, imperialistas e intervencionistas. Em muitas conjunturas, no passado e no presente, pode-se dizer que os EUA se colocam no mundo não simplesmente como um experimento exemplar a ser seguido, mas fundamentalmente como os salvadores do mundo (SANTOS, 2007. p.: 23).

O autor Luís Ayerbe, em sua obra *Estados Unidos e América Latina: a construção de hegemonia* (2002), explica que durante o desenvolvimento industrial do Ocidente no século XIX, a América Latina vai se destacar, primeiramente, como fornecedora de produtos primários. Posteriormente, a região se torna um importante consumidor dos produtos industriais e de capitais de empréstimos, pois os jovens Estados independentes precisavam de financiamento para obras de grande porte como infraestrutura e desenvolvimento urbano. Já no final do século XIX se observa o começo dos primeiros problemas econômicos na região: produção local desestimulada para o consumo interno, crises no abastecimento de produtos básicos, dependência internacional de produtos primários e controle de capital estrangeiro em vários setores econômicos (Ayerbe, 2002).

De acordo com Ayerbe, até o período de sua Guerra Civil (1861-1865), os Estados Unidos estavam mais centrados em desenvolver seu vasto território, o que consumia boa parte de seus recursos humanos e capitais. No final do século XIX, a produção industrial americana ultrapassa a Grã-Bretanha e a Alemanha com uma grande capacidade competitiva que passa a disputar com as grandes potências europeias o lucrativo mercado latino-americano: Se antes a política do país para a América Latina visava a segurança militar frente à Europa, agora as prioridades na região vizinha eram de ordem econômica.

Inicialmente, os investimentos estrangeiros na América Latina provinham do Reino Unido. Já no final do século XIX, os britânicos perderam o lugar de destaque para os americanos (Idem). Segundo Santos (2007), para os Estados Unidos expandirem seus interesses na região, foi necessário a neutralidade ou a cumplicidade da Inglaterra. Esta foi a fase do Pan-Americanismo, estratégia norte-americana que visava institucionalizar regras mercantis e concorrenciais em todo o continente. O Pan-Americanismo atingiria a soberania dos países latino-americanos, sob o pressuposto de que estes, junto aos Estados Unidos, tinham objetivos e interesses em comum (Santos, 2007):

Numa época em que o capitalismo inglês era predominante na América Latina, principalmente nos setores de comércio, finanças infra-estrutura e dívida pública, os EUA lançavam a proposta do Pan-Americanismo como parte da estratégia para garantir seus interesses econômicos na região, afastando as potências europeias (...) Em geral,

os princípios de igualdade, cooperação, solidariedade, parceria, que marcam as propostas do Pan-Americanismo norte-americano, trazem a ilusão de que os países latino-americanos participam ativamente dos processos decisórios nas questões do continente. É como se todos os países tivessem os mesmos direitos e possibilidades de ação num contexto real notadamente desigual. Parece evidente que as propostas do Pan-Americanismo são expressões ideológicas destinadas a ocultar suas reais intenções imperialistas (Idem. p: 27).

O autor Luiz Machado, em seu artigo *A teoria da dependência na América Latina* (1999), ressalta que a história econômica e financeira da América Latina é caracterizada pelo endividamento externo e pela submissão ao capital estrangeiro. Como consequência, uma ‘internacionalização’ dos Estados e do setor privado ocorre na região. Machado observa que na América Latina a dependência antecede o subdesenvolvimento.

No século XX, a condição imperial dos Estados Unidos sobre a América Latina estava consolidada: os americanos se dedicariam à conquista do Caribe – concluída na guerra contra a Espanha em 1898 – e do istmo do Panamá, onde seria construído o estratégico canal que encurta a viagem entre o Atlântico e o Pacífico. O presidente americano W. H. Taft inauguraria a partir de 1912 a chamada Diplomacia do Dólar. De acordo com Santos, tal diplomacia assegurava a subserviência das elites latino-americanas por meio da utilização de recursos econômicos, como empréstimos e investimentos. Os dólares também eram utilizados em reforma de economias e para combater revoluções.

Note-se que na Diplomacia do Dólar há uma combinação de de preocupações econômicas e de segurança hemisférica que atrela a ajuda financeira à estabilidade da região nos moldes propostos pelas elites dirigentes dos EUA. Fica evidente a relação de cumplicidade entre os grupos econômicos e o governo norte-americano (SANTOS, 2007. p: 31).

A presença militar ostensiva na América Central nos anos entre 1920 e 1930 reflete a política do *Big Stick* (em inglês, grande porrete), iniciada pelo presidente Ted Roosevelt. Este defendia como método diplomático “falar manso, mas sempre carregar um grande porrete”.

O autor Noam Chomsky, em sua obra *O que o Tio Sam realmente quer* (1999), ressalta a afirmação do presidente americano Woodrow Wilson, admitindo que o significado prático da Doutrina Monroe considerava apenas os interesses dos Estados Unidos, sendo a integridade das outras nações americanas apenas “um acidente”. Chomsky lembra que Wilson invadiria a República Dominicana e o Haiti, instalando ali ditaduras e empresas norte-americanas no controle destas nações (Chomsky, 1999).

### **3. A ÉPOCA DA ‘BOA VIZINHANÇA’**

No período entre-guerras (1918-1939), os EUA sentiriam a necessidade de reformular novamente sua política para a América Latina. Segundo Santos (2007), tais mudanças começaram no governo de H. Hoover (1929-33), quando já se observava o ressentimento nas sociedades latino-americanas em relação à hegemonia americana, fundamentada na penetração econômica, nas intervenções armadas e na pressão política. A fim de preservar a supremacia na região, o presidente Hoover inicia uma série de

medidas que vão basear a futura Política da Boa Vizinhança, implementada por F. D. Roosevelt nos anos 30 (Santos, 2007).

Para Santos, a nova política, com suas palavras suaves, mantinha o imperialismo de sempre. Abandonavam-se medidas como invasões militares e ingerências político-econômicas, reconhecendo a soberania dos países latino-americanos e promovendo a cooperação no hemisfério. Também foi estimulado o comércio e os negócios entre os países e as empresas do continente (Idem).

Note-se que nas pretensões da Política Da Boa Vizinhança, os EUA retomaram o expediente do Pan-americanismo. Sob vários aspectos, procurava-se criar a ilusão de que na América existia uma harmoniosa comunidade de nações soberanas, unidas pelos mesmos ideais de amizade. É mais do que evidente que a Política da Boa Vizinhança alterava a forma e não o conteúdo da política externa norte-americana na região (Idem. p: 33).

O evento da Segunda Guerra Mundial seria o momento mais marcante nesta nova fase de relações diplomáticas entre os Estados Unidos e seus vizinhos ao Sul. O autor Antônio Tota, em sua obra *O imperialismo sedutor* (2000), conta que o expansionismo alemão ameaçava o hemisfério e os interesses americanos. No Brasil, o nazi-fascismo tinha simpatizantes tanto dos imigrantes vivendo no país como de alguns membros da elite e das Forças Armadas. Para o presidente Roosevelt, as Américas deveriam transformar-se em uma fortaleza do hemisfério e a política externa americana precisava garantir essa segurança (Tota, 2000).

A miséria resultante do atraso econômico dos países latino-americanos poderia propiciar revoluções lideradas por nacionalistas, socialistas ou simpatizantes do nazi-fascismo, movimentos que punham em xeque os interesses dos Estados Unidos. Em meados deste ano, formou-se a Comissão Interamericana de Desenvolvimento, com o objetivo de promover as potencialidades econômicas das “outras Repúblicas americanas”. Aos olhos dos estrategos norte-americanos, a fraqueza – não só econômica e social, mas também militar – dos países da América Latina era uma ameaça direta aos Estados Unidos (Idem, 2000. p: 47).

Os americanos chegaram à conclusão de que primeiramente deveriam adequar sua política aos crescentes movimentos nacionalistas a fim de cortar a influência e o comércio do Eixo na América Latina para depois tornar a economia latino-americana mais competitiva: "A segurança da nação norte-americana dependia de uma estreita cooperação – econômica e cultural – com todos os governos das Américas" (Idem). Tentava-se controlar o antiamericanismo através de medidas como a de reanalisar a dívida externa dos países da região sob um ponto de vista realista, além de conhecer a cultura e as necessidades locais (Idem).

A América Latina se incorporaria ao mercado norte-americano oferecendo o imenso potencial de seus recursos naturais, contribuindo na construção da poderosa máquina de guerra que fazia parte dos planos, ainda não muito explícitos, do governo rooseveltiano. O desemprego desapareceria dos países latino-americanos e, com ele, o

campo para que nazistas e socialistas disseminassem suas ideias (Idem, 2000. p: 53).

Tota explica que o governo americano se empenharia em divulgar o americanismo por meio de propagandas. As mídias, como rádio e cinema, difundiam a ideologia do "american way of life", baseado nos princípios da democracia americana, e contra-atacavam a propaganda do Eixo, que emitia sua programação de rádio na América do Sul. Com o bloqueio naval britânico, os filmes alemães não atravessaram o Atlântico, deixando o cinema americano sem concorrência (Tota, 2000).

O cinema, a maior de todas as inovações americanas na área do *entertainment*, divulgou, mais do que qualquer outro meio, o *american way of life*, americanizando, primeiro, os Estados Unidos, depois o resto da América. Difundia a imagem pastoral do passado dos pioneiros, dos *farmers*, das pequenas cidades, da vida simples – o tradicionalismo, enfim – por meio de modernos e complexos meios de comunicação de massa. O americanismo mercantilizado [...] Durante muito tempo, o americanismo havia forjado uma imagem desabonadora da América Latina. Valorizava-se o homem branco, protestante, sempre mencionado como condutor do progresso na luta contra a vida selvagem, e criava-se uma imagem oposta dos latino-americanos. Segundo essa concepção, ao Sul do Rio Grande estava a América dos índios, dos negros, das mulheres e das crianças. Uma América que, via de regra, precisava aprender as lições do progresso e do capitalismo para abandonar essa posição “inferior”. Uma América que, em última instância, precisava ser domesticada (Idem. p: 21-30).

O intercâmbio cultural foi fundamental para a Política de Boa Vizinhança. Criou-se uma agência de notícias, dirigida pelo magnata Nelson Rockefeller, para difundir uma imagem positiva tanto dos Estados Unidos para a América Latina quanto dos países latino-americanos para o público norte-americano. Produções hollywoodianas e personagens animados da Disney ambientavam a América Latina, e em alguns casos criava-se personagens ‘latinos’, como o Zé Carioca. Tota ressalta como esse movimento cultural era recheado de estereótipos: a figura da mulher latina, por exemplo, era invariavelmente - e obrigatoriamente - sensualizada. ‘Não havia pecado ao sul do Equador’, dizia-se; a América Latina era uma região de festa e libertinagem sexual (Idem).

O tremendo esforço despendido pelo governo americano para transformar a imagem da América Latina em algo mais palatável à opinião pública americana precisava ser acompanhada, simetricamente, pela mudança de imagem dos Estados Unidos em nosso subcontinente (Idem. p: 129).

Tota ressalta que um dos principais problemas a ser resolvido pela propaganda era o de superioridade racial que muitos americanos manifestavam ao observarem seus vizinhos latino-americanos: povos mestiços, preguiçosos e libidinosos, incapacitados para o progresso. O autor observa que, nos filmes do Zé Carioca, o Rio de Janeiro é apresentado sem negros para não desagradar à elite brasileira, branca e preconceituosa.

Durante muito tempo, o americanismo havia forjado uma imagem desabonadora da América Latina. Valorizava-se o homem branco, protestante, sempre mencionado como condutor do progresso na luta contra a vida selvagem, e criava-se uma imagem oposta dos latino-americanos. Segundo essa concepção, ao Sul do Rio Grande estava a América dos índios, dos negros, das mulheres e das crianças. Uma América que, via de regra, precisava aprender as lições do progresso e do capitalismo para abandonar essa posição “inferior”. Uma América que, em última instância, precisava ser domesticada (TOTA, 2000. p: 30).

Segundo Tota, os americanos acreditavam que riscos da América Latina para o seu grande capital seriam solucionados com a promoção da Política de Boa Vizinhança e a consequente melhoria do nível de vida nestes países, combatendo seus atrasos econômicos e sociais. No entanto, muitos latino-americanos desconfiavam das propostas de Washington e acreditavam na existência de um projeto de colonização; Tota logo aponta que os Estados Unidos consideraram a conquista e colonização do interior da América do Sul (Idem).

Com o fim da Segunda Guerra, Santos afirma, as economias latino-americanas estavam definitivamente ligadas aos EUA. A Política da Boa Vizinhança perde força com os americanos voltando sua atenção para a Europa e Ásia, mas os americanos retomariam o expediente desta política com a Aliança para o Progresso (SANTOS, 2007). No início da Guerra Fria, Tota afirma que não havia uma “ameaça comunista” iminente na América Latina. Da década seguinte em diante, os Estados Unidos observa com apreensão seus vizinhos latino-americanos, pois a ideologia dos vermelhos explodirá durante as revoluções na região.

#### **4. NOS TEMPOS DA GUERRA-FRIA**

Na segunda metade do século XX, a América Latina volta a ser considerada como importante para a segurança americana. Ayerbe explica que os americanos, no início da Guerra Fria, se preocupavam com as posturas nacionalistas de governos e movimentos latino-americanos:

A maior preocupação é com a disponibilidade de recursos naturais da região em caso de uma guerra com a União Soviética e a eventualidade de um boicote de governos, sindicatos e demais movimentos, em que a infiltração de ideias antiamericanas possa ser decisiva (AYERBE, 2002. p: 81).

O autor Noam Chomsky aponta que o problema em relação aos nacionalistas latino-americanos era sua tendência a proteger suas economias do mercado internacional, além da postura liberal. Os governos latino-americanos também não tinham bons mecanismos ou mesmo disposição para “controlar ideias”, o que podia ser um problema para os investidores americanos. Chomsky relata que durante a administração Kennedy, foi observado que os militares eram o setor menos antiamericano na região, o que possibilitava uma aliança entre Washington e as forças armadas locais que mais tarde vai acontecer (Chomsky, 1999).

A luta contra o comunismo era interna e externa. A América Latina, apesar de muito distante do comunismo, sofre uma série de golpes militares apoiados pelos Estados Unidos, sob a justificativa de conter o ‘avanço vermelho’ no hemisfério.

Ayerbe argumenta que, comparado ao período do *Big Stick* de Roosevelt, a política americana, durante os mandatos de Truman, não era abertamente intervencionista:

Com a ascensão de Eisenhower em 1953, os republicanos voltam ao poder depois de 24 anos, e a chamada “negligência benigna” que caracterizou a gestão anterior cede espaço, novamente, para a interferência direta. Os instrumentos de política externa criados com a Lei de Segurança Nacional de 1947 e os tratados assinados por Truman passarão a ter grande destaque no encaminhamento de soluções para as crises latino-americanas dos anos 50 (...) De acordo com a nova orientação, as funções encobertas da CIA adquirem importância crescente (AYERBE, 2002. p: 83-4).

Durante as gestões Kennedy-Johnson nos anos 1960, a América Latina cresce em importância, exigindo uma mudança na estratégia americana: aumentam as preocupações com a constatação de que a política intervencionista de antes falhara, dando espaço para que situações como a Revolução Cubana acontecesse. Kennedy propõe o desenvolvimento de reformas econômicas e sociais na região sem abandonar as políticas preventivas e repressivas usadas até então (Ayerbe, 2002).

A postura do governo Kennedy será pragmática: para implementar a política de reformas estruturais, criará a Aliança para o Progresso (Alpro) e, para prevenir novas experiências inspiradas na revolução cubana, a política de treinamento e aparelhamento das forças repressivas latino-americanas será reforçada. O novo secretário da Defesa, Robert Macnamara, será o responsável pela reformulação dos programas do Pentágono (AYERBE, 2002. p: 116-7).

Haveria um retorno do *Big Stick* para a solução de crises na América Latina, mas a proposta de uma nova política por parte dos americanos melhoraria a imagem do país na região, Ayerbe afirma. O programa da Aliança para o Progresso projetava integração econômica, distribuição de alimentos em emergências e intercâmbio científico entre as universidades. Entretanto, a invasão da Baía dos Porcos diminuiria as expectativas que a América Latina teria em relação à Kennedy.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, como uma comissão regional da ONU para promover políticas para o progresso de seus países para com o mundo. A organização reunia personalidades do pensamento desenvolvimentista latino-americano, para combater a pobreza e a desigualdade em cenários de desaceleração econômica. As gestões de Truman e Eisenhower tiveram um papel fundamental para a formação do órgão.

Excetuando-se Cuba, a Argentina foi o país latino-americano que mais demonstrou resistência à “autoridade imperial americana”. Os autores Amado Cervo e Mario Rapoport, em sua obra *História do Cone Sul* (1998), apontam que enquanto no Brasil o governo dos generais adotavam o alinhamento incondicional aos Estados Unidos, inclusive rompendo relações diplomáticas com a União Soviética e demais Estados comunistas que surgissem, a política exterior argentina estava pautada nos princípios do já falecido Perón, o de “terceira posição”, em busca de autonomia, mas sem deixar a adesão ao Ocidente. Buenos Aires manteve relações diplomáticas com



Moscú e outros ‘países vermelhos’, a fim de expandir novos intercâmbios comerciais (CERVO & RAPOPORT, 1998. p: 272).

Os autores Cervo e Rapoport relatam que, ao final da década de 1960, caiu o prestígio americano nas forças armadas da Argentina devido a derrota no Vietnã e a recusa de Washington em vender-lhes armas de última geração. Para compensar, em 1969 a Argentina elabora o Plano Europa, a fim de comprar armamentos modernos na Comunidade Econômica Europeia (CEE) e receber investimentos para seus projetos nucleares e de comunicações (Idem. p: 280-1).

O aumento dos conflitos na região aumenta a preocupação dos americanos quanto à segurança. A política externa americana direciona-se para a ação preventiva e repressiva dos sintomas da crise, como por exemplo, treinar e financiar forças aliadas no combate aos revolucionários: de 1949 a 1970, cerca de 54.720 oficiais e suboficiais latino-americanos seriam treinados pelos Estados Unidos (Ayerbe, 2002). Chomsky descreve que estes estavam em guerra contra seu próprio povo (Chomsky, 1999).

Os militares agem de maneira típica para criar um desastre econômico, seguindo frequentemente receita de conselheiros norte-americanos, e depois decidem entregar os problemas para os civis administrarem. Um controle militar aberto não é mais necessário, pois já existem novas técnicas disponíveis, por exemplo, o controle exercido pelo Fundo Monetário Internacional (o qual, assim como o Banco Mundial, empresta fundos às nações do Terceiro Mundo, a maior parte fornecida em larga escala pelas potências industriais). Em retribuição aos seus empréstimos, o FMI impõe a “liberalização”: uma economia aberta à penetração e ao controle estrangeiros, além de profundos cortes nos serviços públicos em geral para a maior parte da população, etc. essas medidas colocam o poder decididamente nas mãos das classes dominantes e de investidores estrangeiros (“estabilidade”), além de reforçar as duas clássicas camadas sociais do Terceiro Mundo – a dos super-ricos (mais a classe dos profissionais bem sucedidos que a serve) e a da enorme massa de miseráveis e sofredores. A dívida e o caos econômico deixados pelos militares garantem, de forma geral, que as regras do FMI serão obedecidas – a menos que as forças populares queiram entrar na arena política. Neste caso, os militares talvez tenham de reinstalar a “estabilidade” (Idem. p: 14-5).

Nos anos 1980, inicia-se uma crise de proporções surpreendentes: a América Central é tomada por uma série de movimentos revolucionários, provocando guerras civis em países como El Salvador, Nicarágua e Guatemala. Washington temia que um “efeito dominó” marxista chegasse ao México e talvez nos Estados Unidos. A gestão do presidente Reagan então financia os Contras na Nicarágua: enviam agentes da CIA e das forças especiais para lutar na contra-revolução e, em 1983, os Estados Unidos invadem a ilha caribenha de Granada, findando a curta revolução vermelha de Maurice Bishop. Segundo Chomsky, a reação americana a esses movimentos tinha por objetivo esmagar o nacionalismo independente e as forças populares que poderiam construir uma democracia genuína (Idem).

Na mesma década, a agenda americana para a América Latina também foca na questão do narcotráfico. O combate às drogas nos Estados Unidos passou a fazer parte

da política de segurança nacional devido ao alto consumo de entorpecentes observado no país – por volta de 10% dos americanos – movimentando pelo menos 100 bilhões de dólares anuais no país. Washington, além de treinar as forças de segurança nos principais países produtores, como Colômbia, Peru, México, entre outros, também cria uma espécie de ‘lista negra’ de Estados envolvidos com a produção de drogas: era a lei de “certificação”, aprovada pelo Congresso americano em 1986.

Na América Latina, o primeiro país a ser enquadrado na nova lei é o Panamá, nos anos de 1988 e 1989, num processo que precede a invasão por tropas dos Estados Unidos no mês de dezembro, justificada pelo governo Bush como ação de captura do general Noriega, considerado um aliado do narcotráfico. Nos anos 90, as maiores pressões recaem sobre Peru, Bolívia, Paraguai, Colômbia e México. No caso da Colômbia, a situação assume feições mais dramáticas do que nos outros países. A emergência combinada do crime associado ao tráfico de drogas, a insurreição armada levada a cabo por organizações de esquerda de longa trajetória na vida nacional e ação de esquadrões de direita estão conduzindo o país a uma crise de governabilidade, colocando em estado de alerta os governos dos países vizinhos e dos Estados Unidos (AYERBE, 2002. p: 215).

Quanto a comum acusação que se faz contra os Estados Unidos de terem violado os mesmos princípios que defendiam em suas intervenções na América Latina, Ayerbe argumenta que esta foi uma postura realista frente aos problemas da Guerra Fria, que justificavam a diferença observada entre a política interna e a política externa americana durante o período: a intervenção americana na região teve o sentido pedagógico de "delimitar as fronteiras do 'mundo livre', vigiando e punindo os transgressores" (AYERBE, 2002. p: 277).

Por meio de instituições responsáveis pela criação da política externa, os Estados Unidos planejaram e ajudaram a executar a violação sistemática dos direitos humanos, das liberdades civis, da democracia política e da livre iniciativa em outros países. Na América Latina, treinaram as Forças Armadas para o combate aos inimigos internos, sem qualquer restrição de meios. Promoveram o boicote econômico, uma forma de intervencionismo incompatível com a ideia de livre-iniciativa, contra governos considerados hostis. Não hesitaram em patrocinar os setores mais reacionários, atrasados e corruptos, em nome da prioridade aos aliados da agenda estratégica global (Idem. p: 262).

Chomsky assinala que a ajuda dos Estados Unidos às nações latino-americanas com histórico de violações de direitos humanos atendia aos interesses de empresas norte-americanas que operavam na região. A Aliança Para o Progresso de Kennedy só teria beneficiados os investidores americanos, e quando Washington perdia o controle do exército que controlava um determinado país, a solução era a invasão (Chomsky, 1999).

Para Ayerbe, um dos principais danos causados pelos regimes militares latino-americanos em seus países foi a eliminação de toda uma classe formada por dirigentes

políticos, sindicalistas, intelectuais e cientistas capacitada para formar a gestão do Estado, formar o planejamento e execução de políticas de desenvolvimento científico e tecnológico e de modernização do sistema educacional.

## **5. APÓS A GUERRA-FRIA**

De acordo com o autor Immanuel Wallerstein, em sua obra *O declínio do poder americano* (2004), o fim da Guerra Fria coincide com o início da decadência do poder americano. Especula-se que os Estados Unidos precisa de um inimigo de porte, como foi a União Soviética, para liderar seus aliados, mostrar e exercer o seu poder; o perigo vermelho justificava as intervenções e a presença militar efetuada em muitos países. Desde a queda do Muro de Berlin, os argumentos para a presença da força americana tornam-se escassos.

Ayerbe explica que no mundo pós Guerra Fria, a América Latina se converte em uma “zona de ameaça” para os Estados Unidos. Apesar de ser uma fonte de recursos energéticos e de crescente consumo dos produtos americanos, ainda apresenta o preocupante narcotráfico, detém de um crescimento populacional desordenado que consequentemente gera pobreza e a imigração ilegal para os Estados Unidos.

As contribuições latino-americanas para a desordem não se originam no ativismo político, ideológico ou cultural, portanto não representam uma ameaça ao Ocidente, elas tenderiam a ser um produto de elementos passivos, como resultado de uma falência sistêmica, originada numa inaptidão endêmica (AYERBE, 2002. p: 274).

Luís Ayerbe (2002), observa que a história contemporânea da América Latina é marcada por questionamentos políticos sobre sua dependência externa, seu subdesenvolvimento e sua má distribuição de renda. Ele cita como exemplo os momentos revolucionários em Cuba, Chile, Bolívia, Peru e Nicarágua.

Essas experiências enfrentaram grandes dificuldades, algumas foram tragicamente derrotadas, outras, embora bem-sucedidas em termos de implantação e permanência no controle do Estado, não conseguiram satisfazer as experiências suscitadas de início. No entanto, quando aconteceram mudanças de regime, seja pela via do golpe militar ou da transição constitucional, a implementação de políticas radicalmente diferentes não representou uma ruptura com a situação de pobreza e desigualdade que caracterizam a região (AYERBE, 2002. p: 09).

Ayerbe explica que é com a liberalização política e econômica na América Latina nos anos 1980, onde ganha força os setores favoráveis ao mercado e a iniciativa privada, que as relações com os Estados Unidos vão se estreitarem como nunca antes. A partir daí, também vai ganhar força a ideia de culpar os países capitalistas avançados – em especial os americanos – por nosso subdesenvolvimento. É a “cultura da dependência”, muito popular em movimentos sociais, partidos políticos e intelectuais latino-americanos. Trata-se de uma “idiotice latino-americana”, que nos afastaria de nosso ‘berço Ocidental’ (Idem).

Nos países com dificuldades para superar o atraso econômico, que concentram a maioria da população mundial, a experiência do fracasso pode abrir espaço para o fortalecimento das forças políticas que

atribuem à dominação ocidental a principal responsabilidade pela perda da soberania econômica e identidade cultural, desencadeando movimentos de retorno às raízes originais, de forte conteúdo antiliberal e antiocidental (Idem. p: 29).

Segundo Ayerbe, os problemas sociais na América Latina estimulam a prática de acusar os Estados Unidos de intervencionismo. Ele cita o autor Plinio Mendoza, que em sua obra *Manual do Perfeito idiota Latino-Americano* (1997), informa que o antiamericanismo entre os latinos tem quatro fontes: a cultural, pela tradição hispano-católica; econômica, originada pela visão nacionalista/marxista das relações entre o império e as colônias; histórica, fruto das guerras travadas contra os Estados Unidos; psicológica, "produto de uma mistura doentia de admiração e rancor a fincar raízes num dos piores componentes da natureza humana: a inveja" ((Mendoza et al., 1997, p.: 219-20 apud Ayerbe, 2002). O autor ressalta que, entre 1987 e 1998, a quantidade de latino-americanos vivendo com menos de 1 dólar por dia cresceu de 91 para 110 milhões de pessoas:

A continuidade dessa tendência poderá estimular a multiplicação dos movimentos de excluídos, aumentando as possibilidades de ascensão, aos governos da região, de forças políticas comprometidas com programas que coloquem em questão a distribuição de riqueza. Os Estados Unidos darão sequência à tradição das intervenções normalizadoras da ordem tradicional ou aceitarão o princípio da autodeterminação, respeitando as escolhas baseadas nas regras do jogo dos sistemas políticos nacionais? A postura inicial complacente da administração Bush com o frustrado golpe de Estado contra o presidente eleito da Venezuela em abril de 2002 introduz elementos de incerteza a esse respeito (AYERBE, 2002. p: 12).

O autor cita a observação de Lawrence Harrison, ex-funcionário da Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID), quanto à diferença de trajetória que se observou entre a Espanha e a América Latina: O país europeu desgarrou-se, nas últimas décadas, de seu arcaico sistema de valores tradicional, hierárquico, autoritário e matriz de seu subdesenvolvimento, elevando-se economicamente entre seus vizinhos. Já a América Latina manteve sua herança cultural ibérica, obstruindo o progresso social e econômico. O autor também cita a observação do cientista político Robert Putnam quanto aos destinos diferentes que norte-americanos e latino-americanos tiveram quando alcançaram a independência:

Dispunha de cartas constitucionais, recursos abundantes e idênticas oportunidades internacionais, porém os norte-americanos foram beneficiados pelas tradições inglesas de descentralização e parlamentarismo, enquanto os latino-americanos foram prejudicados pelo autoritarismo centralizado, o familismo e o clientelismo que haviam herdado da Espanha medieval (PUTNAM, 1996. p: 189 apud AYERBE, 2002. p: 39).

A região é ainda pouco relevante na “nova ordem mundial” do mundo pós-Guerra Fria, candidata a assimilação com o Ocidente, mas com ressalvas, por ser ainda ‘incapaz de cuidar de si própria’, afirma Ayerbe. Ainda a respeito da teoria da

dependência, Ayerbe explica que a divisão internacional do trabalho ou das políticas imperiais das grandes potências não causam as diferenças de riqueza ou pobreza, e sim as escolhas e práticas adotadas pelas sociedades; os fatores externos não podem ser tomados como determinantes no processo de geração de riqueza (Ayerbe, 2002).

Há autores, como Luiz Machado, que não reconhecem a existência de uma teoria da dependência, mas uma dependência como processo histórico consequente das relações de força e poder do sistema internacional. Segundo Machado, há uma crença de que países chamados de "terceiro mundo" vivem um modelo neocolonial que não necessariamente envolve a divisão internacional do trabalho.

O próprio caráter híbrido da cultura latino-americana dificultaria sua introdução na 'ordem das civilizações', portanto o melhor seria aderir ao Ocidente. Para Ayerbe, a associação do México à NAFTA em 1993 foi um movimento para redefinir a identidade nacional nessa direção: o êxito a longo prazo dependeria da capacidade do México de redefinir-se culturalmente de latino-americano para norte-americano.

No entanto, independente a vontade de aderir ao Ocidente, a América Latina continua única e solitária. Única na peculiaridade da sua cultura refratária ao progresso, solitária no extremo sul, separada por uma fronteira onde a construção de barreiras de contenção (estados-pivô) é vista como uma das tarefas urgentes. Não criaremos uma utopia própria, e os nossos projetos de desenvolvimento alternativo entraram para o balanço das derrotas da guerra fria. Tomando emprestada as palavras do poeta argentino Alvaro Yunque, já citado, para o olhar do norte não passamos "*un montón de sueños fracasados*", incluindo a própria ideia de América Latina (AYERBE, 2002. p: 43).

Após a Guerra Fria, a agenda americana para a América Latina é combater sua instabilidade promovendo, com políticas preventivas, a democracia, as condições de governabilidade econômica, o mercado aberto e soluções pacíficas para os conflitos, estabelecendo assim segurança para os investimentos e para o comércio internacional na região (Idem. p: 278-280).

## **6. CONCLUSÃO**

O historiador Voltaire Schilling, já citado, fez a controversa afirmação de que os Estados Unidos nunca detiveram uma política definida para a América Latina, apenas ideias convenientes para os interesses estadunidenses e mutáveis com o tempo. Mas é digno de questionamento: Esse conjunto de ideias não são suficientes para constituir uma agenda política determinada? Schilling está certo, apenas em parte. A política americana em relação à América Latina sempre foi inconstante, mudando de acordo com o contexto geopolítico do tempo. Mas sempre existiu, e também sempre foi baseada em um objetivo bem definido e com justificativas. Primeiro, foi por segurança ao perigo europeu colonizador, depois foi pelo Destino Manifesto, mais tarde foi pela luta contra o totalitarismo nazi-fascista, e logo em seguida para impedir o avanço vermelho; hoje é para combater a pobreza e o narcotráfico. Em qualquer período observado, a política americana para os seus vizinhos latino-americanos sempre teve um fundamento para existir e ser exercida.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- CERVO, Amado Luiz & RAPOPORT, Mario. *História do Cone Sul*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- CHOMSKY, Noam. *O que o Tio Sam realmente quer*. 2ª ed. Brasília: Editora UNB, 1999.
- MACHADO, Luiz Toledo. *A teoria da dependência na América Latina*. Estud. av. vol. 13 no.35. São Paulo, Jan./Apr.1999.
- MAGDOFF, Harry. *Imperialismo: da era colonial ao presente*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979.
- OCTAVIO, Rodrigues. *Teoria do subdesenvolvimento da Cepal*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- PETRAS, James & VELTMEYER, Henry. *Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio*. 1ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- SANTOS, Marcelo. *O poder norte-americano e a América Latina no pós-guerra fria*. 1ª ed. São Paulo: Annablume Editora, 2007.
- SCHILLING, Voltaire. *Estados Unidos e América Latina: da Doutrina Monroe à Alca*. 5ª ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.
- SCHOUTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão – uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. 1ª ed. Bauro, SP: EDUSC, 2000.
- TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor*. 1ª ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 2000.
- WALLENSTEIN, Immanuel. *O declínio do poder americano*. 1ª ed. RIO de Janeiro: Contraponto, 2004.